



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 562350 - SP (2020/0039668-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : THOMAZ ARMANDO NOGUEIRA MATHIAS E OUTROS
ADVOGADOS : TIAGO POLO FURLANETO - SP356057
THOMAZ ARMANDO NOGUEIRA MATHIAS - SP356574
CHRISTIAN MEASSI PINHEIRO - SP385677
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : D A D A C
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA DEFESA PARA A SESSÃO DE JULGAMENTO DO *WRIT* ORIGINÁRIO. NULIDADE CONFIGURADA. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* CONCEDIDA. PREJUDICADA A ANÁLISE DAS DEMAIS QUESTÕES ARGUIDAS.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de D. A. D. A. C. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (*Habeas Corpus* n.º 2230419-24.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o Paciente foi condenado, por sentença transitada em julgado, à pena de 14 (quatorze) anos e 2 (dois) meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime do art. 217-A, § 1.º, do Código Penal.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, que denegou a ordem (fls. 472-475).

Daí a impetração do presente *writ*, em que a Defesa alega que, "*de forma arbitrária e totalmente em descompasso com as garantias constitucionais, sobretudo no cerceamento de defesa e presunção de inocência, o Paciente, que se encontra FORAGIDO não foi intimado da sentença condenatória*" (fl. 5).

Argumenta que "*não foi franqueado a este Impetrante o direito de fazer uso da SUSTENTAÇÃO ORAL que foi solicitada expressamente por duas vezes naquele Habeas Corpus*" (fl. 6).

Também afirma que o Juízo singular não apresentou fundamentação idônea ao decretar a prisão preventiva do Acusado na sentença condenatória.

Requer, inclusive liminarmente, seja determinado o cancelamento da certidão de trânsito em julgado, com a intimação do Réu da sentença condenatória e a revogação da prisão

preventiva. Subsidiariamente, "*requer seja cancelada a certidão de trânsito em julgado, reconhecendo o documento acostado como interposição de recurso, abrindo-se prazo para apresentação das Razões Recursais*" (fl. 14).

O pedido liminar foi indeferido às fls. 479-481.

As informações foram prestadas às fls. 489-494 e 497-518.

Há pedido de sustentação oral (fl. 487).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 520-523).

É o relatório. Decido.

É sabido que, nos termos do Enunciado da Súmula n.º 431 do Supremo Tribunal Federal, o julgamento do *habeas corpus*, devido ao seu caráter emergencial, dispensa a prévia intimação do advogado ou a publicação de pauta.

Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça, na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal, reconhece a nulidade do julgamento do *habeas corpus* quando a Defesa constituída do Paciente, apesar de manifestar a intenção de apresentar sustentação oral, não é intimada da data da sessão de julgamento.

Nesse sentido:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO CULPOSO NA CONDUÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. NULIDADE. FALTA DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PARA O JULGAMENTO DO HABEAS CORPUS NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. JUSTA CAUSA. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. NÃO VERIFICADA. DECISÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA. FUNDAMENTAÇÃO CONCISA. RECURSO ORDINÁRIO IMPROVIDO.

1. Embora não haja previsão legal exigindo intimação da defesa antes do julgamento da ação de habeas corpus, tanto o Superior Tribunal de Justiça quanto o Supremo Tribunal Federal firmaram entendimento no sentido de que a ausência de comunicação ao advogado constituído acerca da sessão de julgamento do writ com vistas a garantir a ele o exercício do direito à sustentação oral implica cerceamento de defesa, acarretando a nulidade do feito. Tal nulidade, no entanto, só é reconhecida se houver prévia solicitação expressa por parte do impetrante, situação que não se verifica no presente caso.

[...]

6. Recurso ordinário improvido." (RHC 113.552/CE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 27/09/2019; sem grifos no original.)

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXISTÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO PARA FAZER SUSTENTAÇÃO ORAL. AUSÊNCIA DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DA DEFESA PARA A SESSÃO DE JULGAMENTO DO WRIT ORIGINÁRIO. NULIDADE. OCORRÊNCIA. DETERMINAÇÃO DE NOVO JULGAMENTO.

1. A jurisprudência desta Corte entende que padece de nulidade o julgamento do habeas corpus para o qual a defesa não foi intimada, desde que tenha havido requerimento expresso nesse sentido, em razão da consequente impossibilidade de ser realizada sustentação oral pela defesa técnica. In casu, o pedido de sustentação oral vem expresso no corpo da inicial do writ originário.

2. *Recurso em habeas corpus parcialmente provido para anular o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no HC n. 2094019-08.2016.8.26.0000 e determinar que outro julgamento seja realizado, cientificando-se o defensor do recorrente, com antecedência, da data designada. Prejudicado o exame da legalidade da prisão preventiva.*" (RHC 76.327/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 19/02/2019; sem grifos no original.)

Na hipótese dos autos, nota-se que a Defesa do Paciente, no *writ* originário impetrado perante a Corte local, manifestou a intenção de apresentar sustentação oral (fl. 508), isso em 17/10/2019, o que, entretanto, não ocorreu. A impetração originária foi julgada em 30/01/2020.

Desse modo, deve ser reconhecida a nulidade do referido julgamento, ficando prejudicada a análise das demais questões arguidas.

Ante o exposto, CONCEDO a ordem de *habeas corpus* para anular o julgamento do *Habeas Corpus* n.º 2230419-24.2019.8.26.0000, realizado pela Sexta Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a fim de que se proceda à realização de novo julgamento, com a prévia intimação do defensor constituído pelo Paciente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora